

O que é preciso para além do perdão

24. 4. 89

N. 24 / 4 / 89

— leitura ao discurso do Presidente na Manhica

por Ernesto Zucule

Um dos aspectos importantes a reter da recente visita do Presidente Chissano à província de Maputo é a necessidade de mobilizar ainda mais as populações para começar a assumir com a dimensão do seu alcance político as leis de Amnistia e Perdão e, nesse sentido, começar a encarar a possibilidade de aceitar propostas que possam ser consideradas válidas para acabar a guerra no nosso País. Com efeito, o Chefe do Estado chegou a afirmar que se os bandidos renunciaram à violência e «vierem apresentar boas propostas e acharmos que nos servem, poderemos estudar com eles».

Chissano fez aquelas declarações quando acalmava a população da Manhica irada com as atrocidades dos bandidos armados, durante um comício em que a maior parte das intervenções refutavam possibilidades de diálogo com os malfetores e determinadamente se manifestavam contra o critério de colocar a Frelimo ao lado do movimento terrorista para o povo escolher quem lhe serve.

Durante o comício caracterizado por três momentos distintos — o primeiro mais brando o segundo violento e o último de alegria — a população da Manhica não se mostrou capaz de admitir termos de comparação entre a Frelimo e o arrelho assassino e afirmou peremptória: **Dizemos não aos bandidos.**

Utilizando um diálogo franco e aberto, ora falando em português ora em ronga, o Chefe do Estado fez a população da Manhica entender que é legítimo todo o povo moçambicano condenar as crueldades e barbaridades dos bandidos sustentando que também é importante o povo aceitar como seus filhos que se tornaram «dementes» todos aqueles militantes no banditismo. Por consequente, se eles

os bandidos, renunciarem à violência, devem ser perdoados.

O Presidente Chissano considerou que mais do que perdoados e reintegrados na nossa sociedade — porque foi desta sociedade que eles saíram — se «vierem apresentar boas propostas e acharmos que nos servem, poderemos estudar com eles» funda-

mentando que quando os nossos filhos reconhecerem que estão errados e se arreperderem é dever dos pais aceitá-los.

Numa alusão à orrogação por mais 12 meses das Leis de Amnistia e Perdão, decretadas em Dezembro de 1987 e à luz das quais mais de três mil cidadãos que militavam no

banditismo armado se entregaram voluntariamente durante o ano de 1988, beneficiando de clemência e reintegração na sociedade moçambicana. Chissano reforçou no seu discurso na Manhica que **aceitamos que voltem, se e'es renunciarem à violência.**

Nesse comício, que começou brando, com as pessoas a talarém timidamente e progressivamente com mais à vontade, ganhando coragem para maiores críticas e condenações aos assassinos dos bandidos, o Presidente disse à população que **lhe mandar conversar com eles — os bandidos — para regressarem à casa, essa missão aceitaria realizar.**

A violência, com que a população refutava a possibilidade de contactos com os bandidos começou a abrandar e o ódio começou a ficar marcado apenas em relação àqueles que persistem no caminho do banditismo. Contra esses a população reafirmou

a sua determinação de combatê-los e de envidar todos os esforços para que nenhum bandido entre numa aldeia, e saia vivo.

Um jovem chegou mesmo a afirmar que se tiver arma não poderá impedir que os bandidos o ataquem e matem, mas jurou que pelo menos poderá vir a morrer depois de ceifar a vida de alguns bandidos.

Transpareceu em algumas pessoas a dificuldade de perdoar um bandido que tenha assassinado familiares directos, mas o Presidente recordou que nenhuma família rejeita um filho que fica demente de repente sustentando que os bandidos são nossos filhos que foram acometidos de demência e que se aceitarem curar a doença, abandonando a via do banditismo, podem ser aceites e se tiverem ideias que possam ser vistas como válidas para acabar a guerra estas poderão ser aceites.

